

**Prefeitura Municipal de Bom  
Conselho  
Estado de Pernambuco**



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e3fa1829-f5b4-48e9-99ab-91d30e74de0f

# **Demonstração da Dívida Flutuante**

## **Demonstração Contábil Separada**

**DDF  
2022**

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e3fa1829-f5b4-48e9-994b-91d30e74de0f



# **DDF**

---

# **2022**

## **Demonstração da Dívida Flutuante**

---

### **Demonstração Contábil Separada**

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



**BP**  
**2022**

**Balanco Patrimonial**  
**Demonstração Contábil Separada**



## APRESENTAÇÃO

A Demonstração da Dívida Flutuante Individual (DDFI), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto no Anexo XXV da Resolução TC nº 189, de 14 de dezembro de 2022.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizado de contabilidade, através do método das partidas dobradas, dos quais os registros contábeis atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Todas as operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e/ou comissionados supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo da Consultoria e Assessoria em Administração Municipal (CAAM).

A Demonstração da Dívida Flutuante Municipal (DDFI), evidencia os ingressos e desembolsos extraordinários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com a Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, as quais contemplam quadros complementares com um nível maior de detalhamento dos elementos da demonstração.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando o DDF do exercício de 2022, consta como saldo final do exercício o valor de R\$ 6.513.137,38. A seguir, são apresentadas a demonstração contábil e as Notas Explicativas detalhando os grupos de contas e com referências cruzadas.

João Lucas da Silva Cavalcante  
**Prefeito**

Jociéder Araújo Mineiro  
**Contador**

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO  
Acesse em: [https://tcece.pe.gov.br/validarDoc.seam?codigo\\_documento=91489900b91d3074d40f](https://tcece.pe.gov.br/validarDoc.seam?codigo_documento=91489900b91d3074d40f)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCEIDER ARAUJO MINEIRO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e3fa1829-f5b4-48e9-994b-91d30e74de0f

**DDF**  
**2022**

**Demonstração da Dívida Flutuante**  
**Demonstração Contábil Separada**



## Resolução TCEP nº 190 de 14 de dezembro de 2022

### Demonstrativo da Dívida Flutuante

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período			Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa	
			Pagamento	Cancelamento			
<b>Restos a pagar (Subtotal) (Nota 1)</b>	<b>9.714.730,60</b>	<b>880.269,02</b>	<b>944.237,96</b>	<b>5.421.028,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.229.733,23</b>
<b>Processados</b>							
Ano 2015	3.234.525,37	0,00	0,00	3.234.525,37	0,00	0,00	0,00
Ano 2016	469.910,84	0,00	0,00	469.910,84	0,00	0,00	0,00
Ano 2017	423.082,56	0,00	110.259,95	312.822,61	0,00	0,00	0,00
Ano 2018	1.184.802,54	0,00	0,00	1.184.802,54	0,00	0,00	0,00
Ano 2019	1.137.459,58	0,00	0,00	66.770,60	0,00	0,00	1.070.688,98
Ano 2020	591.155,07	0,00	0,00	89,94	0,00	0,00	591.065,13
Ano 2021	726.001,45	0,00	699.719,15	0,00	0,00	0,00	26.282,30
Ano 2022	0,00	855.870,23	0,00	0,00	0,00	0,00	855.870,23
<b>Subtotal dos RPP (Nota2)</b>	<b>7.766.937,41</b>	<b>855.870,23</b>	<b>809.979,10</b>	<b>5.268.921,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.543.906,64</b>
<b>Não processados</b>							
Ano 2017	14.043,09	0,00	0,00	14.043,09	0,00	0,00	0,00
Ano 2018	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00
Ano 2019	1.486.662,12	0,00	0,00	101.838,24	0,00	0,00	1.384.823,88
Ano 2020	291.033,97	0,00	25.340,00	26.725,20	0,00	0,00	238.968,77
Ano 2021	146.554,01	0,00	108.918,86	0,00	0,00	0,00	37.635,15
Ano 2022	0,00	24.398,79	0,00	0,00	0,00	0,00	24.398,79
<b>Subtotal dos RPNP (Nota 3)</b>	<b>1.947.793,19</b>	<b>24.398,79</b>	<b>134.258,86</b>	<b>152.106,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.685.826,59</b>
<b>Depósitos (Subtotal) (Nota 4)</b>	<b>2.190.894,06</b>	<b>1.710.817,85</b>	<b>1.618.307,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.283.404,15</b>
CONSIGNACOES	2.187.507,74	1.710.817,85	1.618.307,76	0,00	0,00	0,00	2.280.017,83
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	3.386,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.386,32
<b>Total (Nota 6)</b>	<b>11.905.624,66</b>	<b>2.591.086,87</b>	<b>2.562.545,72</b>	<b>5.421.028,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.513.137,38</b>

\_\_\_\_\_  
**João Lucas da Silva Cavalcante**  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
**Jociéder Araujo Mineiro**  
Contador  
CRC - 027671/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO**  
**Demonstração Contábil Individual da Entidade**  
**Exercício de 2022**



(De acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**(ANEXO 17 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 ADAPTADO PELO TCE-PE)**

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>a.1. Nome do órgão ou entidade:</b> Prefeitura Municipal de Bom Conselho.
<b>a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 124-4 - Município
<b>a.3. CNPJ:</b> 11.285.954/0001-04.
<b>a.4. Domicílio do órgão ou entidade:</b> Rua Vidal de Negreiros, nº 43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.
<b>a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O Prefeitura Municipal de Bom Conselho concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código “124-4 – Município” possui como atividade principal “a administração pública em geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi baseada na Lei Municipal nº 1.773 de 16 de novembro de 2021 (LOA para o ano de 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
<b>a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido no Anexo XXV da Resolução TC nº 189/2022. Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>a.7. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:</b> Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Prefeitura Municipal de Bom Conselho.

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

<b>b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:</b> A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração da dívida flutuante, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.
<b>b.2. Bases de mensuração utilizadas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 189/2022.</li><li>▪ Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.</li><li>▪ Foram feitos ajustes na estrutura do DDF para atender as equações previstas nos itens pertinentes do ICC-PE do TCE-PE.</li><li>▪ Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.</li><li>▪ Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.</li><li>▪ As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.</li><li>▪ Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.</li><li>▪ A moeda funcional utilizada pela entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.</li></ul>
<b>b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:</b> Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.
<b>b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:</b> Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

**c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCEIDER ARAUJO MINEIRO  
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/pp/entidade/proc-scsm/Código-do-documento-123456789-1564-486-9-9900-91450-74de0f>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO**  
**Demonstração Contábil Individual da Entidade**  
**Exercício de 2022**



(De acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO  
 Acesse em: https://tce.tcece.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm?Codigo-do-documento=c3f4629-15b4-48e9-99ab-914306744e0f

**c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022**  
 - Adaptado pelo TCE-PE conforme Anexo XXV -  
**(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Demonstrativo da Dívida Flutuante								
Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período				Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa		
			Pagamento	Cancelamento				
<b>Restos a pagar (Subtotal) (Nota 1)</b>	<b>9.714.730,60</b>	<b>880.269,02</b>	<b>944.237,96</b>	<b>5.421.028,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.229.733,23</b>	
<b>Processados</b>								
Ano 2015	3.234.525,37	0,00	0,00	3.234.525,37	0,00	0,00	0,00	
Ano 2016	469.910,84	0,00	0,00	469.910,84	0,00	0,00	0,00	
Ano 2017	423.082,56	0,00	110.259,95	312.822,61	0,00	0,00	0,00	
Ano 2018	1.184.802,54	0,00	0,00	1.184.802,54	0,00	0,00	0,00	
Ano 2019	1.137.459,58	0,00	0,00	66.770,60	0,00	0,00	1.070.688,98	
Ano 2020	591.155,07	0,00	0,00	89,94	0,00	0,00	591.065,13	
Ano 2021	726.001,45	0,00	699.719,15	0,00	0,00	0,00	26.282,30	
Ano 2022	0,00	855.870,23	0,00	0,00	0,00	0,00	855.870,23	
<b>Subtotal dos RPP (Nota 2)</b>	<b>7.766.937,41</b>	<b>855.870,23</b>	<b>809.979,10</b>	<b>5.268.921,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.543.906,64</b>	
<b>Não processados</b>								
Ano 2017	14.043,09	0,00	0,00	14.043,09	0,00	0,00	0,00	
Ano 2018	9.500,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	
Ano 2019	1.486.662,12	0,00	0,00	101.838,24	0,00	0,00	1.384.823,88	
Ano 2020	291.033,97	0,00	25.340,00	26.725,20	0,00	0,00	238.968,77	
Ano 2021	146.554,04	0,00	108.918,86	0,00	0,00	0,00	37.635,15	
Ano 2022	0,00	24.398,79	0,00	0,00	0,00	0,00	24.398,79	
<b>Subtotal dos RPNP (Nota 3)</b>	<b>1.947.793,19</b>	<b>24.398,79</b>	<b>134.258,86</b>	<b>152.106,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.685.826,59</b>	
<b>Depósitos (Subtotal) (Nota 4)</b>	<b>2.190.894,06</b>	<b>1.710.817,85</b>	<b>1.618.307,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.283.404,15</b>	
CONSIGNACÕES	2.187.507,74	1.710.817,85	1.618.307,76	0,00	0,00	0,00	2.280.817,83	
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	3.386,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.386,32	
<b>Total (Nota 6)</b>	<b>11.905.624,66</b>	<b>2.591.086,87</b>	<b>2.562.545,72</b>	<b>5.421.028,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.513.137,38</b>	

**Nota 1) RESTOS A PAGAR:**

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício de 2022 foi de R\$ 4.229.733,23. A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

**Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:**

O saldo dos restos a pagar processado ao final do exercício foi de R\$ 2.543.906,64.

**Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

O saldo dos restos a pagar não processado ao final do exercício foi de R\$ 1.685.826,59.

Depósitos (Subtotal)	2.190.894,06	1.710.817,85	1.618.307,76	0,00	0,00	0,00	2.283.404,15
2.1.8.8.1.01.02.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	459.364,37	541.883,30	403.310,60	0,00	0,00	0,00	597.937,07
2.1.8.8.1.01.03.00.00.00 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	1.579.396,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579.396,89
2.1.8.8.1.01.04.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	4.766,82	370.608,87	375.375,69	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.00.00.00 - ISS	904,00	70.260,25	70.944,25	0,00	0,00	0,00	220,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.180,28	30.144,20	27.899,60	0,00	0,00	0,00	3.424,88
2.1.8.8.1.01.11.00.00.00 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	106.293,59	249.477,24	318.743,91	0,00	0,00	0,00	37.026,92
2.1.8.8.1.01.13.00.00.00 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	265,97	2.036,16	2.209,92	0,00	0,00	0,00	92,21
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.910,03	354.050,37	310.097,41	0,00	0,00	0,00	55.862,99
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	23.425,79	92.357,46	109.726,38	0,00	0,00	0,00	6.056,87
2.1.8.8.1.04.01.00.00.00 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	3.386,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.386,32

**Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:**

O saldo final dos depósitos foi de R\$ 2.283.404,15. Estes valores foram retidos na fonte e serão repassados no ano seguinte.

**Nota 5) CAUÇÕES:**

O saldo final para as cauções foi de R\$ 0,00. Estes valores estão em conta bancária específica e devem ser devolvidos as empresas ao final do certame licitatório.

**Nota 6) ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:**

Houve uma diminuição da dívida fluante entre os exercícios de 2021 e 2022 na ordem de R\$ 5.392.487,28, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 11.905.624,66, as inscrições totais foram de R\$ 2.591.086,87, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 2.562.545,72 e cancelamentos no valor de R\$ 5.421.028,43. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de R\$ 0,00 e baixa no valor de R\$ 0,00. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 6.513.137,38.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO**  
**Demonstração Contábil Individual da Entidade**  
**Exercício de 2022**



(De acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO  
 Acesse em: https://tcece.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam?Codigo\_documento=2318829-1511-489-990b-9130-744c0f

<p><b>d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b>                  Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.</p>
<p><b>d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:</b>                  Não houve.</p>
<p><b>d.3.Recomendações aos Gestores e ao Controle Interno:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Na qualidade de consultoria contábil sugerimos aos gestores, diretores de contabilidade e ao controle interno atenção especial quanto ao controle dos restos a pagar processados e não processados e dos depósitos de diversas origens, conciliando, neste último caso, valores que comprometem as disponibilidades das entidades municipais, e não possuam correspondência documental.</li> </ul>
<p><b>d.4.Prescrição de Restos a Pagar:</b>                  Em atendimento ao Decreto Federal nº 20.910/32, foram prescritos o montante de R\$ 0,00, relativo aos restos a pagar da entidade, conforme regras contábeis estabelecidas no MCASP.</p>

**e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS ADAPTADAS AO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**e.1.Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:**  
 O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido no Anexo XXV da Resolução TC Nº 189/2022. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE). c) Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação:  $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP} (DDF))$  e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação:  $(\sum \text{Passivo [F]} (BP) + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BO) + \sum \text{Saldo IRPNP} (BF)) = \sum (SES (DDF))$ . d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

**e.2.Descrição dos Itens Mais Relevantes dos Depósitos:**

Colocação/Relevância	Descrição da Conta	Valor (R\$)
		2022
1º	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	1.579.396,89
2º	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	597.937,07
3º	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	55.862,99

**g.3.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:**  
 As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

**f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO**  
**Demonstração Contábil Individual da Entidade**  
**Exercício de 2022**



(De acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

<b>f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):</b>				
<b>PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	31/12/2017	Concluído
<b>PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	31/12/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	31/12/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	31/12/2023	Concluído parcialmente
<b>Ação</b>	<b>8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2023	Concluído parcialmente
<b>Ação</b>	<b>9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2023	Concluído parcialmente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO**  
**Demonstração Contábil Individual da Entidade**  
**Exercício de 2022**



(De acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO  
 Acesse em: <https://tcece.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e3fa829-f5b4-48e9-99ab-91d30e74de0f

<b>Ação</b>	<b>10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	<b>14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	31/12/2023	Concluído parcialmente
<b>Ação</b>	<b>16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	31/12/2022	Concluído
<b>Ação</b>	<b>19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO**  
**Demonstração Contábil Individual da Entidade**  
**Exercício de 2022**



(De acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO  
 Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: e3fa1829-f5b4-48e9-99ab-91d30e74de0f

<b>Ação</b>				
<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído

<b>PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído

<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

**João Lucas da Silva Cavalcante**  
 Prefeito

**Jociéder Araújo Mineiro**  
 Contador  
 CRC-PE Nº 027671/O-4